



ENVOLVENTE EMPRESARIAL

ANÁLISE DE CONJUNTURA

3º TRIMESTRE 2024
EDIÇÃO ELETRÓNICA



Análise elaborada com dados e destaques de enquadramento até finais de outubro.

Índice de Assuntos

FICHA TÉCNICA

Propriedade

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

Diretor

João Costa Pinto

Edição

CIP - Departamento de
Assuntos Económicos

Coordenação

Pedro Capucho

Redação

Cristiano Cunha
Mariana Silva
Lurdes Fonseca
Paulo Caldas

Sede do Editor e da Redação

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

NIF

500 835 934

Design Gráfico

Mariana Barros

Periodicidade

Trimestral

ISSN

2183-198X

Registo na ERC

117830

É autorizada a
reprodução dos
trabalhos publicados,
desde que citada a
fonte e informada
a direção da revista.

Estatuto Editorial

Disponível [online](#).

EDITORIAL	4
1. ENQUADRAMENTO	6
1.1 Enquadramento internacional.....	6
1.2 Enquadramento nacional	8
2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL	10
2.1 PIB e outros indicadores de atividade	10
2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais.....	13
2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas.....	17
3. INTERNACIONALIZAÇÃO	18
3.1 Comércio internacional	18
3.1.1 Comércio internacional de bens	18
3.1.2 Comércio internacional de serviços	23
3.1.3 Balança de bens e serviços	24
4. FINANCIAMENTO	25
4.1 Taxas de juro.....	25
4.2 Crédito	27
5. MERCADO DE TRABALHO	29
6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS	32
7. CUSTOS DA ENERGIA	33
7.1 Eletricidade.....	33
7.2 Gás natural	34
7.3 Combustíveis	35
8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS	36
8.1 Inflação e câmbios	36
8.2 Competitividade pelos custos laborais.....	38
9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA	39
9.1 Equilíbrio externo	39
9.2 Contas públicas	40

EDITORIAL

Nos últimos três meses, assistimos a uma nítida degradação das perspetivas para a economia portuguesa. Se, no último editorial, notava que o ponto de partida do início do ano dava maior solidez à projeção de um crescimento de 2% no cômputo de 2024, os resultados do segundo e terceiros trimestres (significativamente abaixo das previsões do Banco de Portugal) vieram tornar praticamente impossível alcançar este valor. Como podemos ler nesta edição da Envolvente Empresarial – Análise de Conjuntura, a projeção do Banco de Portugal é agora de 1,6%.

Mais do que esta revisão em baixa das previsões, preocupam-me os sinais de que não estamos a caminhar no sentido de criar as bases para um crescimento mais forte e sustentado. Destacaria dois desses sinais, patentes nestas páginas:

Em primeiro lugar, o facto do valor acrescentado da indústria permanecer em queda há cinco trimestres consecutivos. O desígnio do relançamento de uma base industrial robusta, sustentável, competitiva e com potencial exportador permanece longe da realidade. Espero que a estrutura de missão para “aprofundar, valorizar e reforçar” o Programa Acelerar a Economia, prevista no Acordo Tripartido assinado em 1 de outubro, cumpra a sua missão, em particular no que respeita à promessa expressa neste programa de “construir uma visão estratégica e um plano de ação da política industrial nacional para os próximos 20 anos”.

Em segundo lugar, depois de abrandar fortemente na primeira metade do ano, o investimento terá diminuído, em termos homólogos, no terceiro trimestre, de acordo com a estimativa do INE.

Vale a pena olharmos para o que diz o Relatório Draghi a respeito do investimento, transpondo as suas conclusões para Portugal.

Para travar a persistente perda de competitividade da Europa, Draghi estima ser necessário um investimento adicional anual de 750 a 800 mil milhões de euros, o que significa que a taxa de investimento da União Europeia deve aumentar de cerca de 22% do PIB para cerca de 27%, revertendo um declínio de várias décadas.

Em 2023, a taxa de investimento em Portugal foi de 20,1%, inferior à média europeia, e na primeira metade de 2024 já desceu abaixo dos 20%. Em 1999 era de 29%, quando a média europeia era de 22,7%. O declínio foi maior em Portugal, o esforço para o reverter deverá ser maior.

Draghi aponta quatro vias para mobilizar o financiamento público e privado para o investimento: construir uma verdadeira União dos Mercados de Capitais, concluir a União Bancária, reformar o orçamento da União Europeia e continuar a emitir regularmente dívida comum (seguindo o modelo do “Next Generation EU”) para financiar projetos de investimento conjuntos que aumentem a competitividade e a segurança.



As duas primeiras vias correspondem ao que Enrico Letta designou, no seu Relatório, por uma União de Poupança e Investimento. A UE dispõe de amplas poupanças privadas, mas estas poupanças não estão a ser canalizado de forma eficiente para investimentos produtivos.

Draghi afirma que a UE depende excessivamente do financiamento bancário, que continua a ser a fonte mais importante de financiamento externo às empresas. Afirma, ainda, que os bancos estão normalmente mal equipados para financiar empresas inovadoras: falta-lhes as competências necessárias para as analisar e monitorizar e têm dificuldades em avaliar as suas garantias (em grande parte intangíveis).

Em Portugal, a fragilidade das estruturas financeiras das empresas, com elevados níveis de endividamento, torna ainda mais preocupante a excessiva dependência de crédito bancário, sobretudo de curto prazo. E, mais ainda do que na generalidade dos países europeus, o sistema bancário continua a falhar na canalização de recursos financeiros para o setor produtivo.

Neste domínio, para além de medidas fiscais, é fundamental o papel dos fundos públicos em processos de capitalização, nomeadamente através do reforço de capitais permanentes e da diversificação de instrumentos, como forma de permitir às empresas definir os mix de financiamento apropriados às suas necessidades e estratégias de crescimento.

Sendo o Banco Português de Fomento a entidade responsável pela operacionalização de medidas neste domínio, e considerando as dificuldades na sua execução (refletidas, sobretudo, na baixíssima execução dos dois instrumentos diretos criados ao abrigo do PRR), é urgente a capacitação do BPF para a prossecução plena e eficaz da sua missão.

João Costa Pinto

1. ENQUADRAMENTO

1.1 Enquadramento internacional

No segundo trimestre de 2024, a **dívida pública** (em percentagem do PIB) aumentou na União Europeia (de 81,3% para 81,5%) e na Área Euro (de 87,8% para 88,1%) face ao último trimestre de 2023, ainda assim diminuiu face ao período homólogo do ano anterior.

No mesmo período, a União Europeia e a Área Euro assinalaram, em média, **défices orçamentais** de 3,1% e 3% do PIB, respetivamente, sendo que 13 dos 26 países com dados disponíveis registaram um défice orçamental superior a 3%, entre eles, Polónia (-8,1%), Roménia (-7,1%), França e Eslováquia (-5,5%), Finlândia (-5,4%), Hungria (-5,1%), Malta (-4,3%), Áustria (-3,9%), Croácia (-3,4%), Bulgária (-3,3%), Estónia (-3,3%) e Espanha (-3,2%).

No segundo trimestre, a [taxa de poupança das famílias](#) aumentou para 14,8% na União Europeia (face a 14,3% no primeiro trimestre de 2024 e 13,1% no segundo trimestre de 2023). Na Área Euro também se verificou um incremento na taxa de poupança, para 15,6% face a 15,3% no primeiro trimestre de 2024 e 14% no segundo trimestre de 2023.

No terceiro trimestre de 2024, a **Reserva Federal** decidiu manter as **taxas de juro diretoras "FED Funds"** na reunião de julho (num intervalo de 5,25% a 5,50%) e realizar o primeiro corte (de 50 pontos base) na reunião de setembro. Este corte surge depois dos dados da inflação serem mais favoráveis e após dados menos positivos no mercado de trabalho.

No mesmo período, o **Banco Central Europeu** (BCE) decidiu realizar novos cortes nas taxas de juro referência, caindo a taxa central ("refi") para os 3,65% e 3,40%, com efeitos a partir do dia 18 de setembro e 23 de outubro, respetivamente. A taxa de juro "facilidade permanente de depósito" diminuiu 25 pontos base em setembro (para 3,5%) e novamente 25 pontos base em outubro e a taxa de juro "facilidade permanente de cedência marginal de liquidez" reduziu 60 pontos base em setembro (para 3,90%) e 25 pontos base em outubro. A inflação tem vindo a desacelerar de forma consistente, contribuindo para isso a estagnação da atividade económica, que deve levar o Banco Central Europeu a efetuar novos cortes no último trimestre de 2024, embora questões geopolíticas possam ser um entrave a uma política monetária mais expansionista.

O **Banco Central de Inglaterra** realizou o primeiro corte (de 25 pontos base) na **taxa de juro de referência** no mês de agosto, situando-se nos 5%. Posteriormente, na reunião de setembro não se registaram alterações.

O **Banco Popular da China** (PBOC) optou por reduções consecutivas nas taxas de juro de referência entre julho e outubro de 2024. Na reunião de julho o corte foi de 10 pontos base (para 3,35%) e na reunião de outubro de 25 pontos base. Pelo meio, na reunião de agosto e setembro não se registaram alterações na taxa de juro referência. A condução mais expansionista da política monetária do banco central chinês tem como intuito impulsionar o crescimento económico, o que se prevê que fique abaixo dos 5% em 2024, a meta estabelecida pela China.

Segundo dados do *Freightos Baltic Index Global*, o **preço dos fretes** atingiu valores máximos no mês de agosto face aos últimos 24 meses, cerca de 5000€, mais do dobro do preço médio registado no mês de abril de 2024. Em setembro e outubro os preços corrigiram, sendo que nas duas últimas semanas de outubro, o preço já se situava pouco acima de 3000€, ainda assim, bastante acima do registado nos últimos anos, com a exceção do período pandémico.

No passado mês de setembro, Mario Draghi entregou o seu relatório "[The future of European competitiveness](#)" à Comissão Europeia. Na sua análise, Draghi evidencia a trajetória de abrandamento económico na Europa e o enfraquecimento do crescimento da produtividade, levando a uma persistente perda de competitividade face aos EUA e à China.

O relatório identifica três áreas principais de ação para relançar o crescimento sustentável:

Em primeiro lugar, a Europa deve reorientar profundamente os seus esforços coletivos para colmatar o défice de inovação com os EUA e a China, especialmente em tecnologias avançadas.

A segunda área de ação é um plano conjunto para a descarbonização e competitividade. É aqui que o relatório desenvolve as orientações de uma estratégia industrial que combina diferentes instrumentos e abordagens políticas para diferentes indústrias. O objetivo é prosseguir no caminho da descarbonização preservando a posição competitiva da sua indústria.

A terceira área é aumentar a segurança e reduzir as dependências. Draghi não advoga a via do protecionismo, mas defende a coordenação de acordos comerciais preferenciais e de investimento direto com nações ricas em recursos, a construção de *stocks* em áreas críticas selecionadas e a criação de parcerias industriais para garantir a cadeia de abastecimento de tecnologias-chave.

Para cumprir os objetivos estabelecidos, Draghi estima ser necessário um investimento adicional anual de 750 a 800 mil milhões de euros, o que significa que a taxa de investimento da UE deve aumentar de cerca de 22% do PIB para cerca de 27%, revertendo um declínio de várias décadas.

Finalmente, tão ou mais importante do que o financiamento, será a vontade de reformar a governação da União Europeia, aumentando a profundidade da coordenação e reduzindo a carga regulatória. No terceiro trimestre de 2024, a **economia dos EUA** abrandou, mas mantém-se a crescer a bom ritmo (taxa de variação homóloga de 2,8% face a 3% no segundo trimestre de 2024).

1.2 Enquadramento nacional

O Banco de Portugal prevê um **crescimento da Economia portuguesa de 1,6% em 2024**, abaixo do projetado no Boletim Económico de Junho (2%), com um mercado de trabalho resiliente (taxa de desemprego de 6,4% entre 2024 e 2026) e reduções da taxa de inflação e do rácio da dívida pública.

O **Conselho das Finanças Públicas** atualizou as suas projeções económicas e orçamentais para o período de 2024 a 2028 no passado mês de setembro. Os dados apontam para um crescimento médio de 2% para este período, com a inflação a desacelerar para 2,4% em 2024. Relativamente às perspetivas orçamentais, projeta-se um excedente de 0,7% para o saldo orçamental do corrente ano, bem como uma queda da dívida pública para 92,4% do PIB. No que se refere aos riscos, em linha com o FMI, o Conselho sinaliza o risco de instabilidade política nacional, num momento de incerteza sobre a viabilidade do Orçamento de Estado para 2025.

No segundo trimestre de 2024, nas [contas externas](#), a economia portuguesa atingiu uma **capacidade de financiamento** de 2,5% do PIB, uma melhoria de 0,2 pontos percentuais face ao trimestre anterior. A contribuir para esse excedente, destacam-se as Sociedades Financeiras, as Famílias e ISFLSF e as Administrações Públicas, que registaram uma capacidade de financiamento de 2%, 3,4% e 1,3%, respetivamente. Pelo contrário, as Sociedades Não Financeiras assinalaram uma necessidade de financiamento (-4,1% do PIB).

No segundo trimestre, a [taxa de poupança das famílias](#) aumentou para 11,9%, face ao registado no primeiro trimestre de 2024 (10,7%) e no segundo trimestre de 2023 (9,1%).

No mesmo trimestre, o [índice de preços na produção industrial](#) aumentou 0,5%, após uma diminuição de 2,1% no trimestre anterior.

No terceiro trimestre de 2024 registou-se uma aceleração do [crescimento da economia portuguesa](#) **face ao período homólogo**, destacando-se uma aceleração do consumo privado e uma retração do investimento. O contributo da procura externa líquida permanece negativa, visto que as importações aceleraram mais do que as exportações de bens e serviços.

No terceiro trimestre de 2024, as [vendas no Comércio](#) aumentaram 4,2% face ao período homólogo.

Em setembro de 2024, o [Índice de Produção Industrial](#) aumentou 2,7%, invertendo a tendência dos três meses anteriores. Na indústria transformadora a recuperação ainda foi mais acentuada (3,3%).

Em setembro de 2024, a taxa de juro implícita no conjunto dos [contratos de crédito à habitação](#) diminuiu para 4,362%, uma diminuição de 5,5 pontos base face a agosto. A parcela referente a juros representou cerca de 59% da prestação média.



No dia 10 de outubro foi apresentado pelo Governo, a proposta do [Orçamento do Estado](#), para 2025, que prevê a redução de 1 ponto percentual na taxa normal de IRC (de 21% para 20%), sendo que as PME e as Small Cap passam a estar sujeitas a IRC à taxa de 16% (17% atualmente) sobre os primeiros 50.000€ de matéria coletável. Adicionalmente, foi proposta uma maior abrangência no IRS jovem no número de anos em que o regime pode ser aplicado (de 5 para 10 anos), no limite máximo do rendimento até ao qual se aplicam as isenções (55 vezes o valor do IAS) e no tipo de beneficiários (os não licenciados também passam a estar abrangidos).

De acordo com o [relatório de monitorização do PRR](#) do dia 23 de outubro, a implementação financeira destes fundos situa-se nos 25%, sendo que da dotação total (22.216 milhões de euros), 19.907 milhões de euros foram aprovados e 5.511 milhões de euros foram pagos.

2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL

2.1 PIB e outros indicadores de atividade

Quadro 2.1.1: PIB e componentes de despesa						
	2022	2023	3T 23	4T 23	1T 24	2T 24
PIB						
Tvcr (%)	7,0	2,5	-0,1	0,8	0,6	0,2
Tvhr (%)	7,0	2,5	1,8	2,1	1,4	1,6
Componentes de despesa: tvhr, %						
Consumo Final (% do valor do PIB 2023: 78,6%)	4,7	1,7	1,0	1,6	1,4	2,3
Consumo Privado (61,8%), do qual:	5,6	2,0	1,0	1,9	1,5	2,5
Bens alimentares (12,7%)	-0,3	1,2	1,6	1,1	1,8	1,9
Bens duradouros (5,8%)	11,7	7,6	3,3	5,3	0,2	0,7
Bens correntes não alim., serviços (54,4%)	4,9	1,4	0,5	1,7	1,6	3,0
Consumo Público (16,8%)	1,7	0,6	1,1	0,6	1,1	1,2
FBC (20,5%), da qual:	4,9	2,0	7,6	2,2	1,5	2,6
FBCF (19,4%)	3,3	3,6	4,1	5,0	0,2	1,1
Recursos biológicos cultivados (0,2%)	-8,6	-2,5	-1,8	-1,3	-1,2	-1,3
Outras máq. e eq., sist. Armamento (4,3%)	7,1	5,6	-0,3	9,4	1,3	0,1
Eq. de transporte (1,5%)	8,7	20,4	28,3	27,0	-2,9	19,6
Construção (10,8%)	0,9	1,2	4,0	1,7	-0,2	-0,9
Produtos de propriedade intelectual (3,3%)	5,5	2,2	1,9	1,4	1,3	1,6
Exportações (47,3%)	17,2	3,5	-1,2	2,4	1,7	3,7
Bens (30,3%)	8,2	-0,1	-4,2	0,4	1,3	3,7
Serviços (17,0%)	40,2	10,7	4,8	6,1	2,5	3,7
Importações (46,6%)	11,3	1,7	0,0	1,5	1,8	5,4
Bens (38,2%)	8,9	1,2	0,3	1,1	2,4	5,1
Serviços (8,2%)	22,9	4,2	-1,3	3,3	-1,0	6,7
Contributos para a tvhr do PIB (p.p.)						
Procura Interna	4,9	1,7	2,3	1,8	1,4	2,3
Exportações líquidas	2,1	0,8	-0,5	0,4	0,0	-0,8

Fonte: INE, Contas nacionais (SEC 2010, base 2021). Tvc(h)r = taxa de variação em cadeia (homóloga) real; p.p.=pontos percentuais; FBC(F)=Formação Bruta de Capital (Fixo).

Segundo os dados das contas nacionais (nova série, tendo como base o ano de 2021), no segundo trimestre de 2024, em termos homólogos, o **PIB real** acelerou (de 1,4% para 1,6%), ainda assim abaixo do crescimento observado no último trimestre de 2023 (2,1%) e das projeções do Governo (1,8%) e do Fundo Monetário Internacional (1,9%), para o conjunto ano.

Por **componentes de despesa**, a ligeira aceleração do PIB foi impulsionada integralmente pela **Procura Interna**, visto que o contributo da **Procura Externa Líquida** foi negativo (-0,8 p.p.).

Em termos homólogos, a aceleração da **Procura Interna** foi impulsionada pelo **Investimento** e pelo **Consumo Privado**.

No que se refere às transações com o exterior, o contributo negativo da **Procura Externa Líquida**, explica-se pela aceleração das **Importações** (quer nos Bens, quer nos Serviços) superior ao crescimento observado das **Exportações**.

Quadro 2.1.2: VAB por ramos						
	2022	2023	3T 23	4T 23	1T 24	2T 24
VAB total e por ramos (tvhr, %)*	6,9	2,4	2,2	1,7	1,3	1,0
Agricultura, Silvicultura e Pesca (peso no VAB 2023: 2,4%)	-7,8	4,3	6,7	6,4	-3,5	1,5
Indústria (13,9%)	3,6	-1,9	-3,0	-2,1	-1,8	-1,0
Energia, Águas e Saneamento (2,1%)	-9,8	12,0	15,4	18,5	10,3	6,6
Construção (4,8%)	2,6	3,9	4,5	3,7	2,6	1,5
Comércio e rep. aut, Aloj. e Restauração (18,5%)	14,3	3,2	2,0	1,3	1,8	0,1
Transp. e armazen., Inf. e comunicação (9,7%)	14,5	2,8	1,4	0,4	-2,6	0,2
Ativ. Financeira, Seguradora e Imobiliária (17,9%)	3,2	1,9	1,8	1,3	1,1	1,1
Outros Serviços (30,6%)	7,9	3,7	3,6	2,3	2,5	1,9

INE, Contas nacionais (SEC 2010, base 2021). Tvhr=taxa de variação homóloga real; VAB=Valor Acrescentado Bruto. *VAB a preços base (sem impostos líquidos de subsídios).

Em termos homólogos, o **VAB** em volume abrandou para 1% no segundo trimestre de 2024, sendo que vem a desacelerar há nove trimestres consecutivos, ou seja, desde o segundo trimestre de 2022.

No segundo trimestre, o VAB da “**Energia, Águas e Saneamento**” abrandou (de 10,3% para 6,6%), assim como o VAB da “**Construção**” (de 2,6% para 1,5%) e do “**Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração**” (de 1,8% para 0,1%).

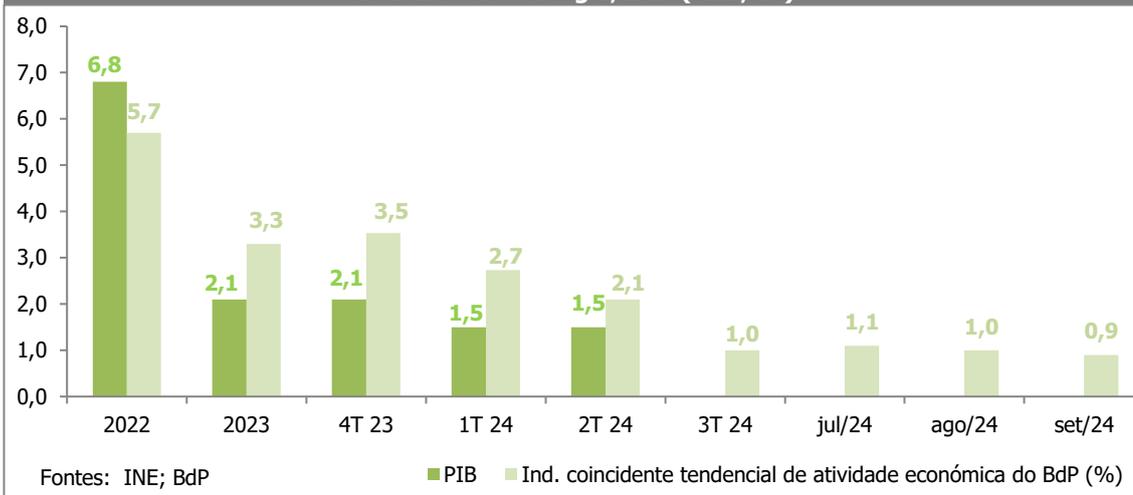
Pela negativa, voltou a destacar-se a evolução do VAB na “**Indústria**”, que está em queda há cinco trimestres consecutivos.

Pela positiva, o VAB dos ramos “**Agricultura, Silvicultura e Pesca**” e “**Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação**”, inverteram a tendência de queda registada no primeiro trimestre deste ano, porém registaram crescimentos modestos.

De acordo com dados revistos, o **indicador coincidente do Banco de Portugal** para a **evolução homóloga tendencial da atividade** está em abrandamento desde o segundo trimestre de 2023 (1% no terceiro trimestre de 2024), sugerindo uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB.

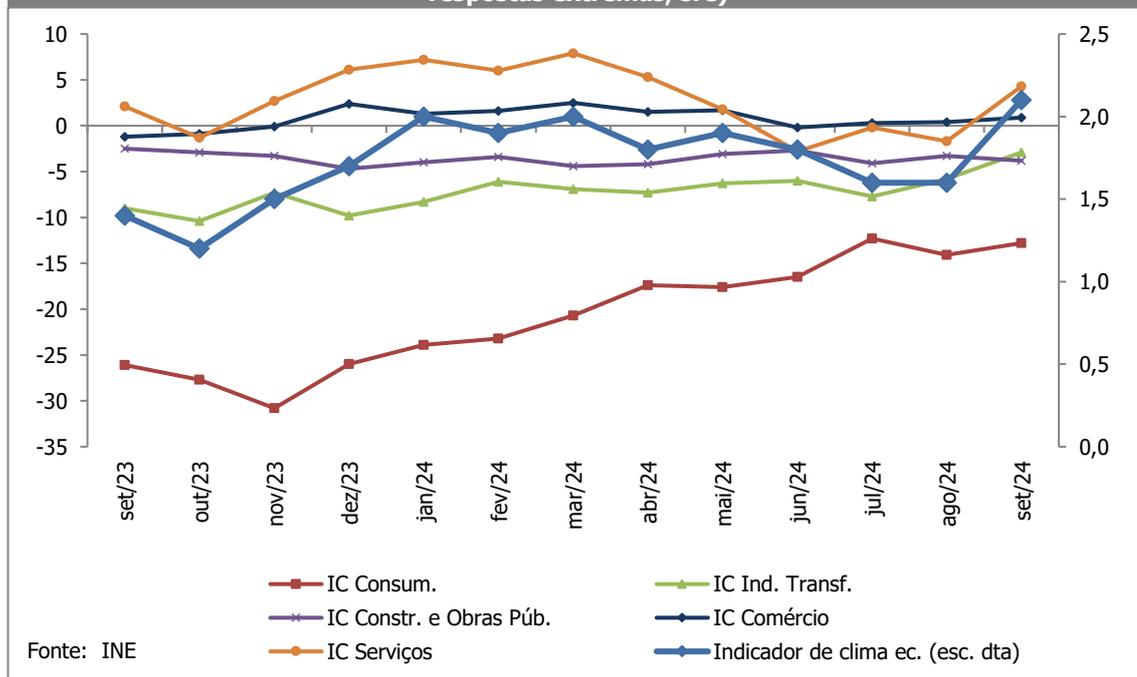
Pelo contrário, verifica-se uma melhoria dos valores do **indicador análogo do consumo privado**, indiciando uma maior confiança dos consumidores, o que se deve refletir no reforço do contributo do consumo privado para o crescimento económico nos próximos meses.

Figura 2.1.1: PIB e Indicador Coincidente para a evolução homóloga tendencial de atividade do Banco de Portugal, BdP (tvhr, %)



Os dados mais prospetivos do **indicador de clima do INE** apontam para um fortalecimento da atividade económica nos próximos meses, refletindo a melhoria do indicador de confiança dos serviços, indústria transformadora, comércio, construção e obras públicas e inclusive o progresso na confiança dos consumidores, sobretudo face ao registado nos últimos 12 meses.

Figura 2.1.2: Indicador de Clima Económico (tvh) e Indicadores de Confiança, IC (saldo de respostas extremas, sre)



2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais

Projeções para Portugal

Quadro 2.2.1: Projeções económicas para Portugal												
	FMI Out-24			CFP Out-24			BdP Out-24			Governo Out-24		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
PIB (tvar, %)	2,3	1,9	2,3	2,5	1,8	2,1	2,5	1,6	2,1	2,5	1,8	2,1
Consumo privado	1,6	1,7	1,9	2,0	1,8	2,0	2,0	2,5	2,3	2,0	1,8	2,0
Consumo público	1,0	2,1	2,3	0,6	2,6	1,2	0,6	1,0	0,9	0,6	2,6	1,2
FBCF	2,6	3,5	3,9	3,6	3,2	3,5	3,6	0,8	5,4	3,6	3,2	3,5
Exportações	4,1	2,8	3,0	3,5	2,5	3,5	3,5	3,8	3,3	3,5	2,5	3,5
Importações	2,2	3,2	2,9	1,7	2,9	3,5	1,7	4,5	4,4	1,7	2,9	3,5
Contributos brutos para a tvar do PIB (p.p.)												
Exportações líquidas (do total de importações)	0,9	-0,2	0,1	1,7	2,0	2,1				0,8	-0,2	0,0
Procura Interna	1,4	2,1	2,3	0,8	-0,2	0,0	1,7	4,5	4,4	1,7	2,0	2,1
Emprego (tva, %)	0,9	1,0	0,4	1,0	1,1	0,7	1,0	1,1	0,6	1,0	1,1	0,7
Taxa de desemprego (%)	6,6	6,5	6,4	6,5	6,6	6,5	6,5	6,4	6,4	6,5	6,6	6,5
Inflação (tva do IHPC, %)	5,3	2,5	2,1	5,3	2,6	2,3	5,3	2,6	2,0	5,3	2,6	2,3
Bens energéticos												
Bens alimentares												
Excluindo bens energéticos												
Excluindo bens energéticos e alimentares	6,3	2,8	2,3				5,4	2,6	2,3			
Bal. Corr. e de capital (% PIB)	2,7	4,6	4,4	1,6	3,4	3,7	1,9	4,2	4,1	1,6	3,3	3,6
Balança corrente (% PIB)	1,4	2,0	2,3							0,2	0,9	0,7
Bal. de bens e serviços (% PIB)	1,2	1,2	1,8	0,9	1,1	1,3	1,2	2,5	2,1	0,9	1,1	1,3
Bal. de bens (% PIB)	-9,3	-9,2	-8,6									
Saldo orçamental (% PIB)	1,2	0,2	0,2	1,2	0,7	0,4				1,2	0,4	0,3
Dívida pública bruta (% PIB)	99,1	94,4	89,8							97,9	95,9	93,3

Fontes: Fundo Monetário Internacional, FMI, [2024 Article IV Staff Report](#); Conselho das Finanças Públicas, [Plano Orçamental-Estrutural Nacional de Médio Prazo](#); Banco de Portugal, [Boletim Económico de outubro de 2024](#); Governo de Portugal, [Relatório Orçamento de Estado 2025](#). Tva = taxa de variação anual; tvar= taxa de variação anual real; p.p.= pontos percentuais. *Contributo de cada componente expurgada do respetivo conteúdo importado (lógica de valor acrescentado nacional), uma abordagem diferente da tradicional (contributos brutos), em que a procura interna inclui importações e a procura externa líquida deduz as importações às exportações totais.

Em outubro, o **Banco de Portugal** (BdP) reviu em baixa as **projeções de crescimento económico** para 2024 e 2025, face às projeções de junho (1,6% e 2,1%, respetivamente). O Conselho das Finanças Públicas (CFP) e o Governo estão mais positivos quanto ao crescimento esperado em 2024 (1,8%). Mas é o Fundo Monetário Internacional (FMI), a instituição mais otimista quanto ao crescimento económico em 2024 e 2025, sendo que espera um abrandamento em 2024 para 1,9% e, uma nova aceleração do crescimento em 2025 de 2,3%.

De facto, a **economia portuguesa** continua a encarar riscos como o fraco crescimento económico nos principais clientes externos, as crescentes tensões geopolíticas que afetam o comércio internacional e a conjuntura financeira ainda muito restritiva apesar dos cortes já registados nas taxas de juro diretoras do BCE.

Segundo o BdP, para 2024, em termos líquidos das componentes importadas, o maior **contributo para o crescimento do PIB** será proveniente do consumo privado, que se deverá manter-se estável, em 0,8 p.p., seguido do contributo das exportações, quantificado em 0,6 p.p.. O investimento terá um contributo nulo para o crescimento do PIB em 2024, mas este valor aumentará para 0,5 p.p. e 0,6 p.p. em 2025 e 2026, respetivamente, em resultado do alívio das condições financeiras, da melhoria das perspetivas globais e do estímulo dos fundos europeus.

Relativamente à evolução do comércio de bens e serviços com o exterior, as quatro instituições concordam que as importações devem crescer acima das exportações em 2024, gerando um contributo negativo da procura externa líquida para o PIB.

No que se refere ao **mercado de trabalho**, o BdP prevê que o emprego continuará a crescer e que a taxa de desemprego permanecerá baixa, num contexto de aumento da taxa de atividade e de fluxos imigratórios significativos. .

A **dívida pública** em percentagem do PIB deverá continuar a descer, embora de forma menos significativa, considerando a previsível estabilização dos preços. Neste ponto, o FMI revela-se mais positivo do que o próprio Governo de Portugal, visto que prevê um valor abaixo de 90% já em 2025, ao contrário do Governo que prevê uma diminuição mais moderada (95,9% em 2024 e 93,3% em 2025). O saldo primário deverá manter-se positivo, o que beneficiará a redução da dívida pública. Aliado a isso, o crescimento do PIB nominal (via crescimento real e via preço) continuará a contribuir para a queda da dívida pública, embora menos do que o verificado nos últimos anos, fruto do menor contributo via preço.

Abaixo transcrevem-se os **principais destaques** do [Comunicado do Boletim Económico de outubro de 2024 do Banco de Portugal](#).

"A economia portuguesa cresce 1,6% em 2024, 2,1% em 2025 e 2,2% em 2026, continuando a convergir para os níveis de rendimento europeus. A inflação reduz-se para 2,6%, em 2024, e fixa-se em valores consistentes com a estabilidade de preços nos anos seguintes.

O mercado de trabalho continua a evoluir favoravelmente, com aumento do emprego — de 1,1% em 2024, 0,6% em 2025 e 0,9% em 2026 — e dos salários reais — de 4,6% em 2024, 2,2% em 2025 e 2,0% em 2026. A taxa de desemprego permanece baixa.

O crescimento da atividade em 2024 é sustentado pelo consumo privado e pelas exportações. A aceleração em 2025–26 reflete o contributo do consumo e melhores perspetivas para o investimento. A maior sustentação do crescimento na componente do consumo privado é menos virtuosa para a sustentabilidade da economia portuguesa.

Ao longo do horizonte de projeção, a taxa de poupança mantém-se elevada, acima de 11%, refletindo as taxas de juro mais elevadas e comportamentos de precaução por parte das famílias.



O investimento abranda em 2024, mas acelera nos anos seguintes, com o alívio das condições financeiras, a melhoria das perspetivas globais e o estímulo dos fundos europeus.

O crescimento das exportações reflete o contexto de normalização dos padrões de consumo globais, e a aceleração das exportações de bens. O turismo, apesar de abrandar, continuará a crescer acima do total das exportações.

Os riscos destas projeções são equilibrados. Para a atividade, mantêm-se riscos de revisão em baixa associados às tensões geopolíticas internacionais e ao cumprimento atempado das metas do PRR. Em contrapartida, o consumo privado pode aumentar acima do esperado, em reação ao crescimento projetado do rendimento das famílias. Para a inflação, efeitos desfasados da política monetária mais marcados geram riscos em baixa. Estes riscos são contrabalançados por possíveis choques sobre os preços das matérias-primas internacionais, bem como por um maior dinamismo dos salários.

A resistência da economia aos choques recentes é reflexo do progresso verificado na redução de desequilíbrios macroeconómicos e outras fragilidades estruturais. Mas, no futuro próximo, haverá desafios importantes — associados às transformações tecnológicas, às alterações geopolíticas e à gestão da transição climática. A orientação expansionista da política orçamental em todos os anos do horizonte de projeção, num contexto em que a economia se encontra acima do seu potencial, gerará a necessidade de um ajustamento posterior numa fase menos favorável do ciclo económico.”

Projeções para a economia mundial e principais mercados

Quadro 2.2.2: Previsões de crescimento económico – mundo e mercados (tvar, %)

	OCDE, set-24			FMI, out-24		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Mundo	3,1	3,2	3,2	3,3	3,2	3,2
Ec. Avançadas				1,7	1,8	1,8
EUA	2,5	2,6	1,6	2,9	2,8	2,2
Japão	1,7	-0,1	1,4	1,7	0,3	1,1
Reino Unido	0,1	1,1	1,2	0,3	1,1	1,5
União Europeia				0,6	1,1	1,6
Área Euro	0,5	0,7	1,3	0,4	0,8	1,2
Alemanha	-0,1	0,1	1,0	-0,3	0,0	0,8
França	1,1	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1
Itália	1,0	0,8	1,1	0,7	0,7	0,8
Espanha	2,5	2,8	2,2	2,7	2,9	2,1
Bélgica				1,4	1,1	1,2
Países Baixos				0,1	0,6	1,6
Ec. em desenvolv.				4,4	4,2	4,2
Angola				1,0	2,4	2,8
Moçambique				5,4	4,3	4,3
Brasil	2,9	2,9	2,6	2,9	3,0	2,2
Rússia	3,6	3,7	1,1	3,6	3,6	1,3
Índia	8,2	6,7	6,8	8,2	7,0	6,5
China	5,2	4,9	4,5	5,2	4,8	4,5
Indonésia	5,0	5,1	5,2	5,0	5,0	5,1
México	3,2	1,4	1,2	3,2	1,5	1,3
Argentina	-1,6	-4,0	3,9	-1,6	-3,5	5,0
Arábia Saudita	-0,7	1,0	3,7	-0,8	1,5	4,6
África do Sul	0,7	1,0	1,4	0,7	1,1	1,5

Fontes: OCDE; [OECD Economic Outlook, Interim Report September 2024](#); FMI, [World Economic Outlook – October 2024](#). Tvar= taxa de variação anual real.

Em outubro de 2024, o **FMI** reviu as previsões de crescimento do **PIB mundial real** para os próximos dois anos (3,2% em 2024 e 2025), que coincidem com as projeções menos otimistas do Banco Mundial divulgadas em setembro.

Ainda num **cenário** de enormes incertezas, fruto das tensões geopolíticas e de ligeiros sinais de abrandamento no mercado de trabalho, o FMI acredita na aceleração do crescimento nas **economias avançadas em 2024**, sendo que deve crescer ao mesmo ritmo em 2025. Dentro deste conjunto de países destaca-se o dinamismo da economia americana e crescimentos modestos da maioria das economias desenvolvidas como Japão, Reino Unido e muitos dos países da União Europeia.

As **economias em desenvolvimento** devem continuar a crescer a bom ritmo, em média pelo menos 4% entre 2023 e 2025, com destaque para a Índia, China, Indonésia e Moçambique.

2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas

Nos primeiros nove meses de 2024, a **criação líquida de empresas** diminuiu 2,1% em termos homólogos (para 39.005), devido a uma queda dos **nascimentos** (-856) maior do que redução dos **encerramentos** (-756), o que ainda assim levou a um incremento do **rácio de nascimentos por encerramento** (de 4,2, para 4,4 no mesmo período homólogo).

Relativamente ao número de empresas com **processos de insolvência**, aumentou 9,9% (mais 142 processos de insolvência face a janeiro-setembro de 2023).

Quadro 2.3.1: Criação líquida de empresas e insolvências

	Jan-set 23	Jan-set 24	Var. homóloga	
			%	Nº
Nascimentos de empresas (A)	39 861	39 005	-2,1	-856
Encerramentos de empresas (B)	9 595	8 839	-7,9	-756
Criação líquida de empresas=A-B	30 266	30 166	-0,3	-100
Rácio nascimentos/encerramentos=A/B	4,2	4,4		
Número de empresas com processos de insolvência (C)	1 441	1 583	9,9	142

Fonte: Barómetro Informa D&B. Tvh= Taxa de variação homóloga. Notas: A(B) - entidades constituídas no período considerado, com publicação de constituição (encerramento: não são consideradas extinções com origem em procedimentos administrativos de dissolução) no portal de atos societários do Ministério da Justiça; C - Entidades com processos de insolvência iniciados no período considerado, com publicação no portal Citius do Ministério a Justiça.

Ao nível dos **setores**, de realçar, nos dados de janeiro a setembro de 2024:

- Nos **nascimentos**, as quedas homólogas nos "Transportes" (-23,8%), "Energia e Ambiente" (-13,3%) e "Agricultura e outros recursos naturais" (-6,5%).
- Nos **encerramentos**, as quedas homólogas de 17,3% nas "Indústrias", de 12,2% no "Retalho", de 11,3% "Atividades Imobiliárias" e de 10,7% na "Agricultura e outros recursos naturais". Por outro lado, os aumentos nos encerramentos de "Transportes" aumentaram 15%.
- Nos **processos de insolvência**, os aumentos de 42% nas Indústrias, de 26,5% nas "Tecnologias da Informação e Comunicação" e de 18,5% na "Agricultura e outros recursos naturais". Adicionalmente, evidencia-se uma diminuição significativa nas "Atividades Imobiliárias" (-25%).

3. INTERNACIONALIZAÇÃO

3.1 Comércio internacional

Nesta secção são apresentadas as principais tendências das exportações e importações de bens e de serviços, incluindo o cálculo e análise de quotas de mercado das exportações.

3.1.1 Comércio internacional de bens

Saldo da balança de bens

Quadro 3.1.1.1: Saldo da balança de bens						
	2023	Var. homóloga		Jan-ago 24	Var. homóloga	
	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)
Total						
Exportações (FOB)	77 340	-1 063	-1,4	53 142	1031,4	2,0
Importações (CIF)	105 148	-4 413	-4,0	70 452	254	0,4
Saldo	-27 808	3 351	-10,8	-17 310	777	-4,3
Taxa de Cobertura (%)	73,6			75,4		
Intra-UE (27)						
Exportações (FOB)	54 245	-1 046	-1,9	37 667	943	2,6
Importações (CIF)	78 396	2 229	2,9	51 908	-27	-0,1
Saldo	-24 151	-3 276	15,7	-14 241	970	-6,4
Taxa de Cobertura	69,2			72,6		
Extra-UE						
Exportações (FOB)	23 096	-16	-0,1	15 475	89	0,6
Importações (CIF)	26 752	-6 643	-19,9	18 544	282	1,5
Saldo	-3 657	6 626	-64,4	-3 069	-193	6,7
Taxa de Cobertura	86,3			83,5		
Total sem combustíveis						
Exportações (FOB)	72 333	535	0,7	49 219	628	1,3
Importações (CIF)	92 856	1 564	1,7	62 557	697	1,1
Saldo	-20 523	-1 028	5,3	-13 338	-70	0,5
Taxa de Cobertura	77,9			78,7		

Fonte: INE. Tvhn = taxa de variação homóloga nominal. M€= Milhões de euros. Ótica do comércio internacional; CIF (*Cost, Insurance and Freight*) significa a inclusão dos custos inerentes ao transporte e seguros das mercadorias e FOB (*Free on Board*) a exclusão desses custos.

De janeiro a agosto de 2024, a **dinâmica comercial com o exterior** aumentou ligeiramente, tendo as exportações e importações de bens registado um crescimento homólogo de 2,0% e 0,4%, respetivamente. Nos mercados **Intra-UE** o valor das importações manteve-se praticamente inalterado (-0,1%), ao passo que, as exportações de bens aumentaram (2,6%), o que se refletiu na melhoria do défice comercial face ao período homólogo (+970M€). Nos mercados **Extra-EU** as exportações e importações de bens aumentaram 0,6% e 1,5%, respetivamente.

Exportações de bens

Quadro 3.1.1.2: Exportações de bens nos 20 principais mercados de 2023

	2023			Jan-ago 24		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	19 911	-3,2	-0,3	13 505	1,8	0,5
França	10 120	4,6	-0,2	6 527	-6,3	-0,8
Alemanha	8 280	-2,6	-0,1	6 745	19,2	2,1
EUA	5 238	3,3	-0,1	3 751	13,0	0,8
Reino Unido (GB+Irl. Norte)	3 642	-5,2	-0,1	2 417	-0,2	0,0
Itália	3 348	-4,4	-0,1	2 301	4,3	0,2
Países Baixos	2 737	-12,7	0,0	1 875	-4,9	-0,2
Bélgica	1 946	3,1	0,0	1 389	3,2	0,1
Angola	1 260	-11,4	0,0	667	-25,6	-0,4
Polónia	1 120	4,1	0,0	792	2,4	0,0
Suécia	1 051	5,8	0,0	723	5,7	0,1
Brasil	1 041	13,3	0,0	760	21,8	0,3
Marrocos	1 017	50,3	0,0	739	6,5	0,1
Turquia	939	5,4	0,0	423	-36,9	-0,5
Suíça	775	5,6	0,0	545	4,7	0,0
China	769	22,4	0,0	393	-24,9	-0,3
Roménia	659	17,0	0,0	378	-12,6	-0,1
Chéquia	627	7,7	0,0	460	13,6	0,1
Eslováquia	543	4,6	0,0	310	-18,5	-0,1
Írlanda	522	-18,6	0,0	296	-19,5	-0,1
Subtotal	65 546	-0,4	-0,4	44 996	2,0	1,7
Total	77 340	-1,4	-1,4	53 142	2,0	2,0
Intra-UE	54 245	-1,9	-1,0	37 667	2,6	1,8
Extra-UE	23 096	-0,1	-0,4	15 475	0,6	0,2

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor em 2023. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

De janeiro a agosto de 2024, entre os 20 principais mercados de destino, contribuíram de forma mais positiva para os resultados da evolução das **exportações de bens**: Alemanha (+2,1 p.p.), EUA (+0,8 p.p.) e Brasil (+0,3 p.p.); em sentido oposto: França (-0,8 p.p.), Angola (-0,4 p.p.) e China (-0,3 p.p.).

Quanto à desagregação por **grupos de produtos**, no mesmo período, contribuíram de forma mais positiva para os resultados os grupos de produtos “Químicos” (+2,0 p.p.) e “Combustíveis e óleos minerais” (+0,8 p.p.). De forma oposta, evidenciaram-se os contributos negativos do “Material de transporte” (-1,1 p.p.).

Quadro 3.1.1.3: Exportações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2023			Jan-ago 24		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	11 902	6,7	1,0	7 800	-1,7	-0,3
Material de Transporte: S17 (86-89)	10 257	6,2	0,8	6 483	-7,9	-1,1
Metais: S15 (72-83)	6 501	-4,3	-0,4	4 400	-0,5	0,0
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	5 007	-24,2	-2,0	3 923	11,5	0,8
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	5 267	-13,7	-1,1	3 631	1,3	0,1
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	5 943	4,5	0,3	4 228	13,0	0,9
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	5 385	-4,6	-0,3	3 681	0,2	0,0
Químicos: S6 (28-38)	5 161	-0,3	0,0	4 345	30,7	2,0
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	4 796	9,0	0,5	3 341	5,3	0,3
Vestuário: S11 (61-62)	3 376	-4,4	-0,2	2 140	-8,8	-0,4
Outros	3 198	7,9	0,3	2 270	8,4	0,0
Têxteis: S11 (50-60, 63)	2 389	-6,7	-0,2	1 610	-2,4	-0,1
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	2 301	0,1	0,0	1 499	-6,4	-0,2
Mobiliário: S20 (94)	2 420	11,1	0,3	1 528	-4,7	-0,1
Calçado: S12 (64-67)	2 009	-7,5	-0,2	1 293	-11,0	-0,3
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	973	-8,9	-0,1	662	2,3	0,0
Peles e couros S8 (41-43)	455	10,7	0,1	311	4,0	0,0
Total	77 340	-1,4	-1,4	53 142	2,0	2,0
Total sem combustíveis	72 333	0,7	0,7	49 219	1,3	1,2

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das importações em 2022. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Importações de bens

Nos primeiros oito meses de 2024, as importações de bens proveniente da França (+0,3 p.p.) e Turquia (+0,3 p.p.) tiveram os maiores contributos positivos para a evolução total das importações de bens; em sentido oposto, Espanha (-0,7 p.p.) e Polónia (-0,3 p.p.).

Quadro 3.1.1.4: Importações de bens nos 20 principais mercados de 2023

	2023			Jan-ago 24		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	35 537	1,6	-1,4	23 073	-2,2	-0,7
Alemanha	11 999	-0,9	-0,5	8 129	1,3	0,2
França	7 292	9,2	-0,3	4 950	4,4	0,3
Países Baixos	5 751	4,2	-0,2	3 701	-2,4	-0,1
Itália	5 270	-0,4	-0,2	3 594	4,6	0,2
China	5 220	-6,4	-0,2	3 410	-1,5	-0,1
Brasil	3 669	-19,7	-0,1	2 475	-5,1	-0,2
Bélgica	3 268	-5,8	-0,1	2 181	2,5	0,1
Estados Unidos da América	2 252	-35,7	-0,1	1 548	-5,0	-0,1
Polónia	1 996	9,1	-0,1	1 198	-13,0	-0,3
Irlanda	1 627	92,0	-0,1	1 197	9,5	0,1
Nigéria	1 348	-30,5	-0,1	989	19,6	0,2
Turquia	1 190	-18,1	0,0	1 029	29,7	0,3
Reino Unido	1 140	-2,1	0,0	810	4,5	0,0
Índia	1 095	-7,7	0,0	791	13,9	0,1
Suécia	1022	1,5	0,0	681	7,4	0,1
Argélia	934	-12,4	0,0	782	18,1	0,2
Coreia (República da)	868	-5,5	0,0	565	-3,2	0,0
Chéquia	770	2,8	0,0	523	-2,2	0,0
Hungria	659	1,6	0,0	422	-9,8	-0,1
Subtotal	92 908	0,0	0,0	61 625	9,0	7,3
Total	105 148	-4,0	-4,0	70 452	0,4	0,4
Intra-UE	78 396	2,9	-3,0	51 908	-0,1	0,0
Extra-UE	26 752	-19,9	-1,0	18 544	1,5	0,4

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor em 2023. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Quanto à desagregação por **grupos de produtos**, de janeiro a agosto de 2024, os contributos mais significantes vieram de: “Material de transporte” (+0,6 p.p.); de forma contrária contribuíram os “Combustíveis e óleos minerais” (-0,6 p.p.) .

Quadro 3.1.1.3: Importações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2023			Jan-ago 24		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	19 075	2,6	0,4	12 683	1,5	0,3
Material de Transporte: S17 (86-89)	13 501	19,9	2,0	9 300	5,0	0,6
Metais: S15 (72-83)	8 738	-7,3	-0,6	5 861	-1,9	-0,2
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	12 292	-32,7	-5,5	7 895	-5,3	-0,6
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	3 122	-11,4	-0,4	2 066	-4,6	-0,1
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	11 183	2,1	0,2	7 428	-0,5	0,0
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	5 884	-10,0	-0,6	3 971	-0,8	0,0
Químicos: S6 (28-38)	11 904	-1,7	-0,2	8 226	1,9	0,2
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	5 303	15,0	0,6	3 676	4,6	0,2
Vestuário: S11 (61-62)	2 900	3,5	0,1	1 911	1,7	0,0
Outros	3 894	5,9	0,2	2 554	3,0	0,0
Têxteis: S11 (50-60, 63)	2 232	-15,7	-0,4	1 437	-6,4	-0,1
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	1 315	-0,9	0,0	875	-0,4	0,0
Mobiliário: S20 (94)	1 534	-0,3	0,0	1 014	-0,4	0,0
Calçado: S12 (64-67)	1 080	-1,4	0,0	728	-0,2	0,0
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	316	7,9	0,0	200	-8,3	0,0
Peles e couros S8 (41-43)	876	-2,8	0,0	627	8,1	0,1
Total	105 148	-4,0	-4,0	70 452	0,4	0,4
Total sem combustíveis	92 856	1,7	1,4	62 557	1,1	1,0

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das importações em 2022. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

3.1.2 Comércio internacional de serviços

De janeiro a agosto de 2024, o excedente da **balança de serviços** aumentou 7,8% (para 21,2 mil milhões de euros), a refletir um aumento das **exportações** (7,1%) superior ao das **importações** (6,2%). De resto, para a melhoria do saldo continuaram a contribuir as exportações de **Viagens e turismo** (+9,2%) - a rubrica com maior peso (mais de 50% do total das exportações de serviços) -, porém em continua desaceleração.

Quadro 3.1.2.1: Balança de serviços

	Total de serviços	Dos quais:		
		Transf. rec. materiais; Manut. e reparação	Transportes	Viagens e turismo
Exportações				
- Valores (M€)				
Jan-ago 24	38 084	890	6 945	19 157
2023	52 697	1 363	10 211	25 367
Jan-ago 23	35 552	908	6 843	17 547
2022	44 960	1 013	9 246	21 220
- Tvhn (%)				
Jan-ago 24	7,1	-1,9	1,5	9,2
2023	17,2	34,5	10,4	19,5
Importações				
- Valores (M€)				
Jan-ago 24	16 853	492	3 705	4 551
2023	23 931	620	5 606	6 301
Jan-ago 23	15 865	390	3 816	4 226
2022	23 322	596	7 301	5 533
- Tvhn (%)				
Jan-ago 24	6,2	26,1	-2,9	7,7
2023	2,6	4,0	-23,2	13,9
Saldo				
- Valores (M€)				
Jan-ago 24	21 230	398	3 239	14 605
2023	28 766	742	4 606	19 066
Jan-ago 23	19 687	518	3 027	13 321
2022	21 638	417	1 944	15 687
- Tvhn (%)				
Jan-ago 24	7,8	-23,0	7,0	9,6
2023	32,9	78,2	136,9	21,5

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais; s.s. = sem significado.

3.1.3 Balança de bens e serviços

Quadro 3.1.3.1: Balança de bens e serviços				
	Total de bens e serviços	Bens	Serviços (total)	Dos quais: Viagens e turismo
Exportações				
- Valores (M€)				
Jan-ago 24	88 575	50 492	38 084	19 157
2023	126 870	74 173	52 697	25 367
Jan-ago 23	85 767	50 215	35 552	17 547
2022	120 965	76 004	44 960	21 220
- Peso no total de bens e serviços (%)				
Jan-ago 24	100	57,0	43,0	21,6
2023	100	58,5	41,5	20,0
Jan-ago 23	100	58,5	41,5	20,0
2022	100	62,8	37,2	17,5
Importações				
- Valores (M€)				
Jan-ago 24	83 257	66 404	16 853	4 551
2023	123 562	99 632	23 931	6 301
Jan-ago 23	82 273	66 409	15 865	4 226
2022	125 792	102 470	23 322	5 533
- Peso no total de bens e serviços (%)				
Jan-ago 24	100	79,8	20,2	5,5
2023	100	80,6	19,4	5,1
Jan-ago 23	100	80,7	19,3	5,1
2022	100	81,5	18,5	4,4
Saldo				
- Valores (M€)				
Jan-ago 24	5 318	-15 912	21 230	14 605
2023	3 308	-25 458	28 766	19 066
Jan-ago 23	3 493	-16 194	9 734	13 321
2022	-4 828	-26 466	21 752	15 687

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais; s.s. = sem significado. Notas: (i) nos serviços, apenas foram inseridos o total e a componente Viagens e turismo – última coluna da tabela; (ii) balança de bens na ótica do comércio internacional (coincidindo com os valores da tabela 3.1.1.1, cuja fonte é o INE, nos mesmos períodos).

Nos primeiros oito meses de 2024, a economia portuguesa registou um saldo excedentário na **balança de bens e serviços** (5,3 mil M€), contrastando com o défice registado no período homólogo (-3,5 mil M€).

No mesmo período, as **exportações de serviços** aumentaram a sua relevância na balança de bens e serviços (43% vs 41,5% no período homólogo do ano anterior).

Dentro das exportações de serviços destaca-se a rubrica de "**Viagens e turismo**", que fruto da sua dinâmica continua a aumentar o seu peso no total das exportações de bens e serviços (21,6% vs 20% no período homólogo do ano anterior).

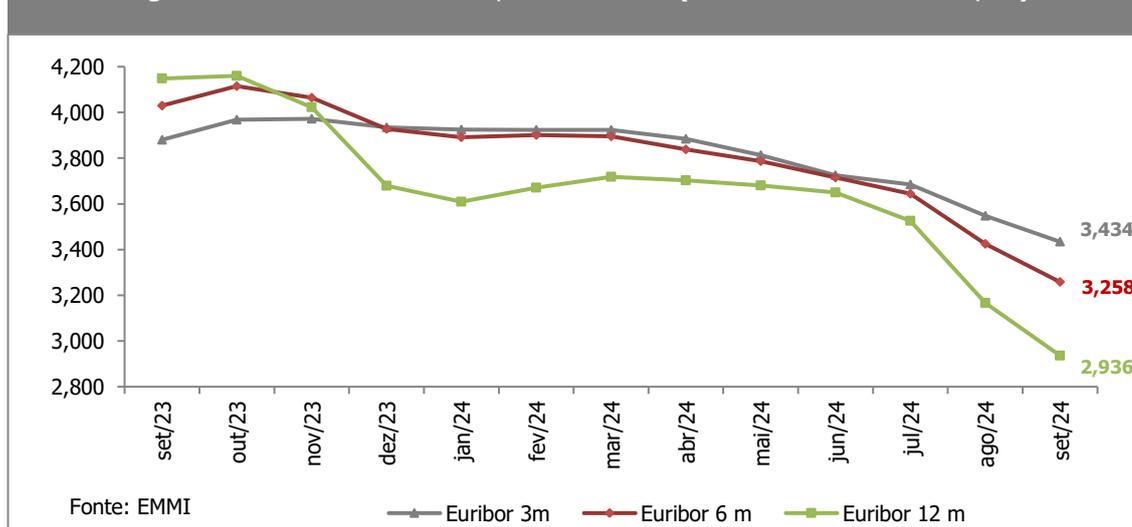
4. FINANCIAMENTO

4.1 Taxas de juro

Quadro 4.1.1: Taxas de juro								
	2022	2023	1T 24	2T 24	3T 24	Jul-24	Ago-24	Set-24
Taxas de juro (%)								
Mercado monetário								
Taxa "Refi" do BCE (fim de período)	2,50	4,50	4,50	4,25	3,65	4,25	4,25	3,65
Taxas Euribor (valores médios)								
3 meses	0,348	3,433	3,924	3,808	3,808	3,685	3,548	3,434
6 meses	0,682	3,694	3,896	3,780	3,780	3,644	3,425	3,258
12 meses	1,100	3,869	3,666	3,678	3,678	3,526	3,166	2,936
Dívida soberana: OT (valores médios)								
Yield PT, 10 anos (a)	2,17	3,24	3,01	3,16	2,92	3,10	2,88	2,78
Yield Área Euro, 10 anos	1,87	3,14	2,90	3,07	2,89	3,06	2,85	2,78
Yield Alemanha, 10 anos (b)	1,14	2,43	2,29	2,40	2,28	2,46	2,21	2,17
Prémio de risco de PT = (a) –(b)	1,03	0,81	0,72	0,76	0,64	0,64	0,67	0,61
Crédito a empresas								
Novas operações até 1 M€ (exclui descobertos bancários)								
Taxa de juro média pond., PT	2,90	5,65	5,86	5,77		5,36	5,42	
Taxa de juro média pond., A. Euro	2,31	5,01	5,35	5,31		5,14	5,10	

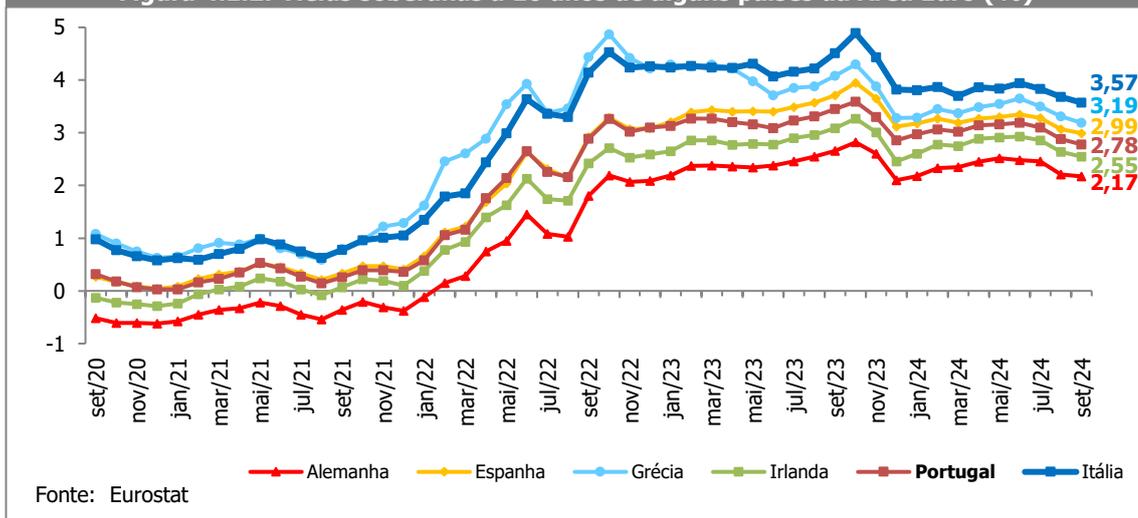
Fontes: EMMI (European Money Markets Institute), BdP, BCE e Eurostat. OT = Obrigações do Tesouro; PT = Portugal; Taxa "Refi" do BCE = taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosystema.

Figura 4.1.1: Taxas Euribor a 3, 6 e 12 meses (valores médios mensais, %)



No terceiro trimestre, as **taxas Euribor a 3, 6 e 12 meses** revelaram uma tendência descendente, sendo a redução mais expressiva na Euribor a 12 meses, refletindo a política monetária menos restritiva adotada pelo BCE e uma maior confiança dos mercados sobre o controlo da inflação.

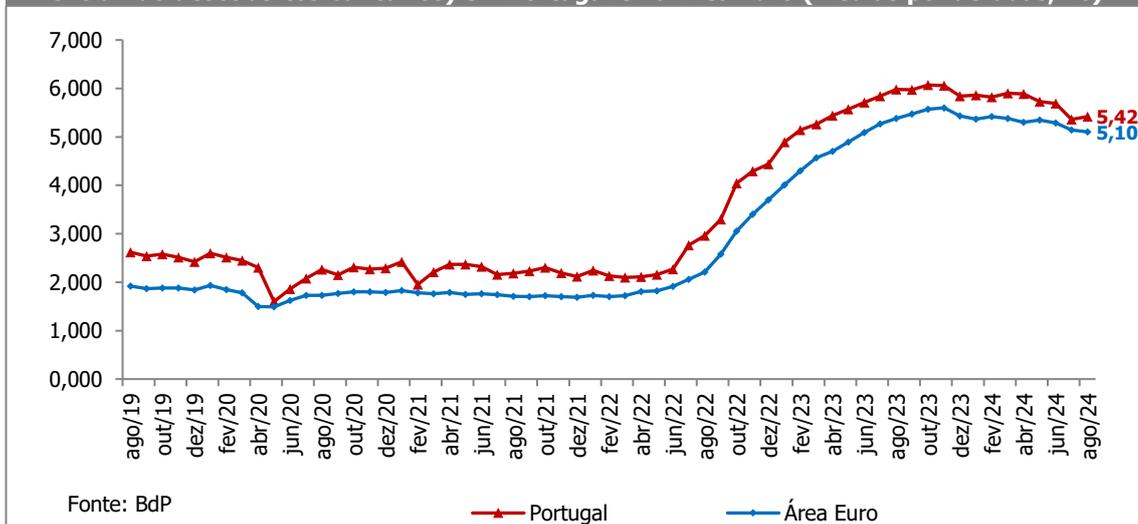
Figura 4.1.2: Yields soberanas a 10 anos de alguns países da Área Euro (%)



No **mercado secundário de dívida pública**, os dados mais recentes evidenciam quedas suaves generalizadas. A mudança na condução da política monetária do BCE, para um estratégia menos restritiva, contribuiu para uma diminuição das yields a 10 anos.

Em setembro de 2024, a **yield portuguesa a 10 anos** situou-se em 2,78%, o menor valor desde agosto de 2022, sendo a 9ª mais baixa dos 27 países da União Europeia.

Figura 4.1.3: Taxas de juro de novos empréstimos às empresas não financeiras (até 1 M€, excluindo descobertos bancários) em Portugal e na Área Euro (médias ponderadas, %)



A **taxa de juro a sociedades não financeiras** sobre novas operações até 1 M€ mantém a tendência de queda em **Portugal**, apesar do ligeiro aumento registado em agosto (5,42%). Na Área Euro, a mesma taxa de juro mantém-se abaixo da praticada em Portugal (5,31%), porém com a diferença a diminuir para cerca de 0,3 p.p..

4.2 Crédito

De acordo com informação revista do Banco de Portugal, o **stock de crédito total concedido ao setor não financeiro, exceto Administrações Públicas** (empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais), aumentou em **agosto** de 2024 (a uma taxa de variação anual, tva, de 0,5%), após -0,4% e -1% em junho e março de 2024. Este aumento é explicado pela expansão no **crédito aos Particulares (2%)**, visto que o **crédito** concedido **às Sociedades não financeiras** caiu (-0,7%).

**Quadro 4.2.1: Agregados de crédito, posição em final de período
(Tva em %, salvo outra indicação)**

	2022	2023	Dez-23	Mar-24	Jun-24	Ago-24		Set-24
						Tva	Mil M€	Tva
Crédito total ao setor não financeiro residente, exceto Ad. Públicas ^(a)	2,9	-1,4	-1,4	-1,0	-0,4	0,5	451,7 ^Δ	
- Particulares e emp. nome individual ^(b)	3,0	-0,2	-0,2	0,3	1,2	2,0	157,1 ^Δ	
- Habitação	3,4	-1,4	-1,4	-0,7	0,2	1,0		
- Consumo e outros fins	1,8	2,8	2,8	2,6	4,3	5,7		
- Sociedades não financeiras	2,8	-2,3	-2,3	1,6	-1,9	-0,7		
- Privadas	-2,8	-2,3	-2,3	-1,9	-1,7	-0,7	294,6 ^Δ	
- Públicas fora do perímetro das AP	4,3	-4,4	-4,4	-0,9	0,7	1,0	6,9 ^Δ	
Empréstimos das IFM	2,3	-0,9	-0,9	0,1	0,3	1,2 (1,2*)	337,0*	1,6 (1,6*)
- Particulares	3,4	-0,5	-0,5	0,3	1,2	2,0 (2,2*)	130,5*	2,5 (2,7*)
- Habitação	3,6	-1,4	-1,4	-0,8	0,2	1,0 (1,2*)		1,5 (1,7*)
- Consumo	6,6	5,8	5,8	6,2	6,7	7,0 (7,0*)		7,6 (7,7*)
- Outros fins	-2,2	-1,9	-1,9	-0,3	1,8	2,9 (2,6*)		3,0 (-2,7*)
- Sociedades não financeiras	0,8	-1,0	-1,0	-0,7	-0,2	0,2 (-0,0*)	90,0*	0,6 (0,4*)
- Microempresas*	5,7*	4,0*	4,0*	4,1*	5,4*	5,6*		7,1*
- Pequenas empresas*	-2,2*	-3,7*	-3,7*	-3,7*	-3,9*	-3,0*		-2,5*
- Médias empresas*	-1,9*	-5,7*	-5,7*	-5,7*	-6,0*	-5,5*		-5,1*
- Grandes empresas*	1,7*	-1,9*	-1,9*	-0,7*	-0,6*	2,5*		0,8*
- Sociedades privadas exportadoras*	-0,9*	-7,6*	-7,6*	-6,2*	-5,9*	-3,9*		-3,1*
- Administrações públicas	-2,7	-5,5	-5,5	6,0	-5,8	-3,3 (-3,3*)	91,8* ^(c)	-3,2 (-3,2*)
- IFNM	5,4	0,9	0,9	-4,4	-2,6	-0,8 (-0,9*)	17,1*	0,4 (0,2*)

Fonte: BdP. Dados consolidados (i.e., excluem operações entre entidades do mesmo setor institucional), exceto os assinalados com ^Δ, e com ajustamento de operações de titularização e venda de carteiras, exceto os assinalados com *. Tva = Taxa de variação média anual; IFM = Instituições Financeiras monetárias (inclui o BdP e as Outras IFM, OIFM: bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola e fundos de mercado monetário); IFNM = Instituições financeiras não monetárias (incluem, nomeadamente, instituições financeiras de crédito (IFIC), sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC), sociedades de leasing e de factoring e sociedades de garantia mútua). ^(a) Endividamento do Setor não financeiro, excluindo as Administrações Públicas, sob a forma de empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais (com base nas estatísticas monetárias e financeiras, da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, nas contas financeiras, nas estatísticas das administrações públicas, nas estatísticas de títulos e em dados da central de balanços e da central de responsabilidades de crédito); ^(b) Neste caso, os Particulares incluem os empresários em nome individual, além das Famílias e das ISFLSF; ^(c) Administração Central.



Os dados mais recentes do crédito às empresas, relativos ao *stock* de **empréstimos das IFM** – Instituições Financeiras Monetárias (excluindo, assim, o crédito das Instituições Financeiras não Monetárias, IFNM) às **SNF**, revelam uma expansão em setembro, após uma contração no primeiro semestre (tva de 0,6% em setembro, -0,2% em junho e -0,7%, em março).

De acordo com a dimensão das empresas, em setembro de 2024 face a agosto mantiveram-se as quedas nas **pequenas** (-2,5%; dados não ajustados) e **médias empresas** (-5,1%). O crédito às **microempresas** continua a acelerar consistentemente (+7,1%). Para as grandes empresas o crédito também se expandiu embora mais ligeiramente (0,8%).

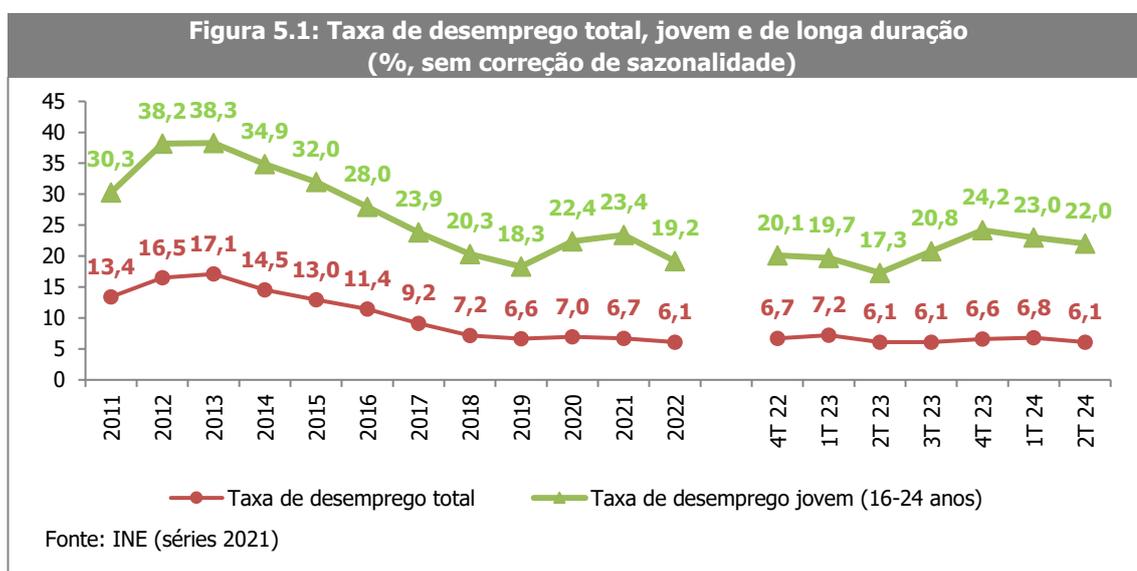
Realce ainda para a queda do *stock* de empréstimos das IFM às **Sociedades privadas exportadoras**, que é contrária à evolução positiva verificada no conjunto das SNF (-3,1% vs. 0,6%; dados não ajustados).

Nos **Particulares**, verificou-se um aumento do **stock de empréstimos** (tva de 2,5% em agosto, após 2,0% e 1,2% em agosto e junho, respetivamente; dados ajustados), para isso contribuiu a aceleração nos **empréstimos para habitação (1,5%), consumo (7,6%) e outros fins (3%)**.

5. MERCADO DE TRABALHO

Segundo o **INE**, a **taxa de desemprego** diminuiu 0,7 p.p. no segundo trimestre face ao primeiro trimestre de 2024, mantendo o valor (6,1%) registado no trimestre homólogo.

Em termos homólogos, a **taxa de desemprego jovem** aumentou no segundo trimestre de 2024, para 22,0%, após 17,3% no segundo trimestre de 2023) e diminuiu ligeiramente em cadeia (23,0% no primeiro trimestre de 2024). Estes valores refletem a dificuldade do país em integrar os trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho, uma vez que a taxa de desemprego jovem é já mais de três vezes superior à taxa de desemprego total.



Destacam-se abaixo algumas **tendências da evolução homóloga do mercado de trabalho no segundo trimestre de 2024**.

O equilíbrio do mercado de trabalho tem sido assegurado, em termos homólogos, pelo aumento da população empregada (1,0%) que continua a absorver o aumento da população ativa (1,0%). O número de desempregados diminuiu significativamente em relação ao primeiro trimestre de 2024, mantendo-se ainda superior ao verificado no período homólogo de 2023.

A população inativa aumentou face ao período homólogo (1,0%) e ao primeiro trimestre de 2024 (0,4%).

O número de **desempregados com ensino secundário ou pós-secundário reduziu-se** em termos homólogos **(-3,1%)**. Em sentido contrário, a população desempregada com **ensino superior** aumentou significativamente em termos homólogos (10,2%), tendo diminuído em cadeia (-15,4%, sujeito a sazonalidade).

Por sua vez, o **número de empregados** manteve uma trajetória de crescimento, em relação ao período homólogo, de 1,0% (+3,7% com ensino secundário, +6,0% com ensino superior e, em sentido oposto, registou-se um decréscimo na população empregada com formação até ao ensino básico de 5,9%). O aumento homólogo do emprego teve ainda origem exclusivamente no setor terciário (+2,2%), sendo que os setores Primário e secundário registaram quedas de 8,6% e 1,4%, respetivamente.

Quadro 5.1: Inquérito trimestral ao emprego do INE

	2T 23	1T 24	2T 24	Tvh (%)	Tvc (%)
População ativa (10³ indivíduos)	5 380,7	5 428,9	5 431,9	1,0	0,1
Taxa de atividade (%)	60,1	60,1	60,0		
População empregada (10³)	5 051,4	5 059,4	5 099,9	1,0	0,8
- Por nível de qualificação					
Ensino básico: até 3º ciclo	1 827,5	1 751,3	1 719,3	-5,9	-1,8
Ensino secundário ou pós-secundário	1 578,0	1 634,7	1 635,8	3,7	0,1
Ensino superior	1 645,9	1 673,3	1 744,8	6,0	4,3
- Por setor					
Sector Primário	158,8	148,4	145,1	-8,6	-2,3
Sector Secundário	1 267,5	1 278,8	1 249,9	-1,4	-2,3
Sector Terciário	3 532,1	3 620,4	3 704,9	2,2	2,0
- Trab. por conta de outrem (10³)	4 301,2	4 324,7	4 350,3	1,1	0,6
Com contrato de trabalho sem termo	3 532,1	3 620,4	3 652,2	3,4	0,9
Com contrato de trabalho com termo	634,1	583,6	580,7	-8,4	-0,5
Outro tipo de contrato	135,0	120,7	117,3	-13,1	-2,8
- Trabalhadores por conta própria (10³)	726,5	708,5	726,8	0,0	2,6
População desempregada (10³)	329,3	369,6	332,0	0,8	-10,2
Ensino básico: até 3º ciclo	137,6	147,8	137,6	0,0	-6,9
Ensino secundário ou pós-secundário	126,5	136,8	122,5	-3,1	-10,4
Ensino superior	65,3	85,0	71,9	10,2	-15,4
Taxa de desemprego (%)	6,1	6,8	6,1		
Homens	5,8	6,2	5,7		
Mulheres	6,4	7,5	6,5		
Jovens (16-24 anos)	17,3	23,0	22,0		
Longa duração (12 ou mais meses)	2,5	2,3	2,4		
Regiões					
Norte	6,4	6,8	6,3		
Centro	4,8	6,5	5,2		
Oeste e Vale do Tejo	5,3	7,1	5,9		
Grande Lisboa	6,9	6,6	6,4		
Península de Setúbal	7,5	8,0	8,0		
Alentejo	4,7	6,2	5,2		
Algarve	5,1	7,8	5,0		
R. A. Açores	6,7	6,7	5,5		
R. A. Madeira	6,4	5,9	5,2		
População inativa (10³)	5 166,2	5 198,7	5 217,7	1,0	0,4
Taxa de inatividade (16 e mais anos) (%)	40,8	40,8	40,9		

Fonte: INE. Tvh(C)= taxa de variação homóloga (em cadeia); n.d. = não disponível. Nova série iniciada em 2024.

Por **NUTS II**, as regiões Oeste e Vale do Tejo (+0,6 p.p.), Centro (+0,4 p.p.), Península de Setúbal (+0,5 p.p.) e Alentejo (+0,5 p.p.) verificaram um aumento da taxa de desemprego face ao período homólogo. Por outro lado, as restantes regiões registaram uma queda na taxa de desemprego, concretamente, Norte (-0,1 p.p.), Grande Lisboa (-0,5 p.p.), Região Autónoma dos Açores (-1,2 p.p.) e Região Autónoma da Madeira (-1,2 p.p.).

Quanto a **informação mais recente**, destacam-se, nas [Estimativas Mensais do Mercado de Trabalho do INE relativas a setembro](#) (divulgadas no final de outubro), **os seguintes resultados provisórios**:

- *"A população ativa (5 459,1 mil) aumentou relativamente a agosto do mesmo ano (0,4%), a junho de 2024 (1,1%) e a setembro de 2024 (1,4%)."*
- *"A população empregada (5 107,2 mil) registou um acréscimo em relação aos três períodos de comparação: 0,3%; 1,1% e 1,6%, respetivamente."*
- *"A população desempregada (351,9 mil) aumentou em relação ao mês anterior (1,7%) e a três meses antes (0,9%), mas diminuiu em relação a um ano antes (1,2%)."*
- *"A taxa de desemprego situou-se em 6,4%, valor idêntico ao do mês anterior, mas inferior ao de três meses antes (0,1 p.p.) e ao de um ano antes (0,2 p.p.)."*
- *"A população inativa (2 477,6 mil) diminuiu em relação aos três períodos de análise: 0,7%; 1,6% e 0,3%."*
- *"A taxa de subutilização do trabalho situou-se em 10,8%, valor superior ao de agosto de 2024 (0,1 p.p.), mas inferior ao de junho do mesmo ano (0,2 p.p.) e ao de setembro de 2023 (0,9 p.p.)"*.

6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Segundo dados do **Banco Mundial**, no **terceiro trimestre de 2024** observou-se uma redução nos principais **índices de preços das matérias-primas**.

O **índice da energia** diminuiu 3,8% (variação em cadeia), contribuindo para isso a redução no preço do **barril de Brent** de 5,5%. Pelo contrário, verificou-se um aumento de 9,9% no **índice de gás natural** (14,7% no índice de gás natural na Europa).

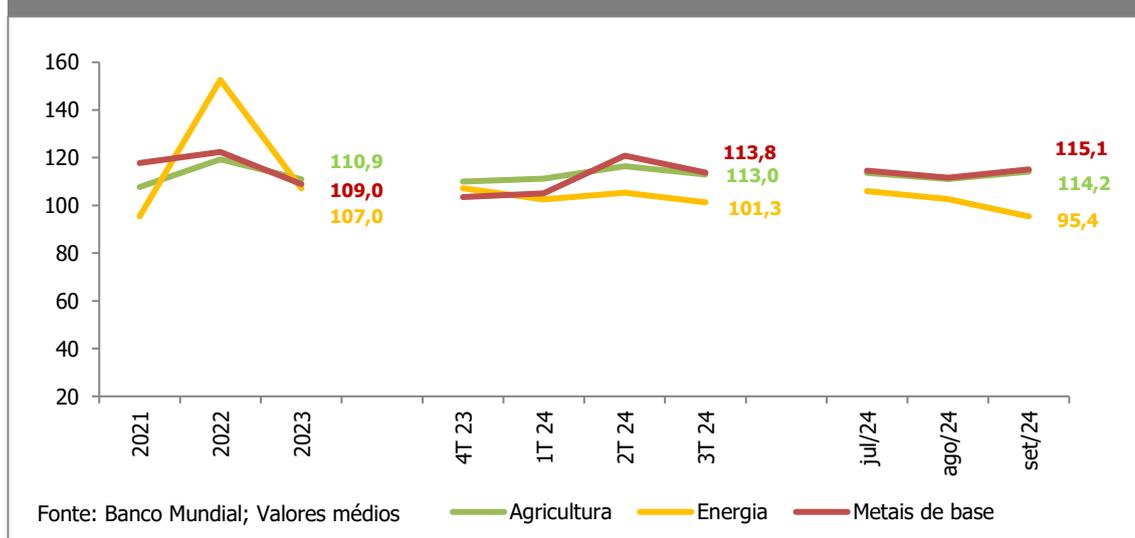
O **índice de metais de base** reduziu 5,8% em cadeia no terceiro trimestre de 2024 (para 113,8), após um aumento expressivo de 14,9% no segundo trimestre, refletindo a queda no preço do níquel (-11,8%), minério de ferro (-11,6%), chumbo (-6,1%), cobre (-5,7%), alumínio (-5,6%), estanho (-2%) e zinco (-2%).

O **índice da agricultura** diminuiu 2,9% (113,0 no terceiro trimestre de 2024, após 116,4 no segundo trimestre de 2024).

Por último, o **preço do algodão** manteve a tendência de queda diminuindo 6,3% para 1,79 dólares/kg no terceiro trimestre de 2024 (1,82 dólares/kg em setembro), após 1,91 dólares/kg e 2,14 dólares/kg no segundo e primeiro trimestre de 2024, respetivamente.

Pode encontrar [aqui](#) o relatório mensal de outubro do Banco Mundial com o preço/cotação de outras matérias-primas.

Figura 6.1: Índices de matérias-primas: Agricultura, Energia e Metais de base (2010=100)



7. CUSTOS DA ENERGIA

7.1 Eletricidade

No **primeiro semestre** de 2024, os **preços médios da eletricidade sem IVA e outros impostos dedutíveis** pagos pela **indústria nacional** registaram um aumento face ao período homólogo, com maior destaque para os acréscimos no 6º e 7º escalão (38,6% e 33,5%, respetivamente).

Quadro 7.1.1: Preços sem IVA (e outros imp. ded.) da eletricidade na indústria (€/KWh)

	Portugal				UE (27)	
	1S 23	2S 23	1S 24	1S 24	2S 23	1S 24
				#UE 27 (sem imp., taxas)		
Bandas de consumo						
IA: Consumo < 20 MWh	0,1885	0,2151	0,2242	19º em 27 (21º)	0,2976	0,2843
Tvh (%)	0,2	12,9	18,9		0,9	-6,4
IB: [20; 500 MWh [0,1378	0,1544	0,1569	21º em 27 (23º)	0,2315	0,2299
Tvh (%)	-2,6	3,4	13,9		-0,8	-7,9
IC: [500; 2 000 MWh [0,0954	0,1161	0,1149	23º em 27 (24º)	0,2008	0,1867
Tvh (%)	-20,6	14,6	20,4		-4,6	-13,2
ID: [2 000; 20 000 MWh [0,0874	0,1104	0,1055	24º em 27 (25º)	0,1878	0,1630
Tvh (%)	-34,1	-18,5	20,7		-7,4	-19,2
IE: [20 000Wh; 70 000 MWh [0,0745	0,0988	0,0815	25º em 27 (25º)	0,1614	0,1394
Tvh (%)	-51,4	-26,7	9,4		-17,3	-22,5
IF: [70 000; 150 000 MWh]	0,0586	0,0822	0,0812	21º em 25 (21º)	0,1528	0,1200
Tvh (%)	61,3	34,3	38,6		-23,5	-26,5
IG: Consumo > 150 000 MWh	0,0484	0,0774	0,0646	16º em 19 (16º)	0,1337	0,1080
Tvh (%)	-74,2	-53,2	33,5		-32,2	-25,7

Fonte: Eurostat. # UE 27 (sem imp., taxas) = *ranking* do preço de Portugal sem IVA e outros impostos dedutíveis (sem todos os impostos e taxas) na UE 27; Mwh= megawatts/hora; tvh= taxa de variação homóloga.

Excluindo IVA e outros impostos dedutíveis, Portugal apresenta, na generalidade, preços bastantes competitivos na eletricidade face à média da União Europeia, sendo que entre o 3º e o 5º escalões, encontra-se no top 5 com os preços mais baixos.

Excluindo a totalidade de impostos e taxas (para aferir os preços de mercado sem a influência global da fiscalidade), o posicionamento relativo dos preços da eletricidade nacional no panorama europeu melhora ligeiramente nos quatro primeiros escalões face ao posicionamento nos preços excluindo IVA e outros imposto dedutíveis.

7.2 Gás natural

No **primeiro semestre de 2024**, os **preços médios nacionais do gás natural sem IVA e outros impostos dedutíveis** pagos pela **indústria** face ao período homólogo revelaram uma nova correção, evidenciando-se as quedas mais significativas do 4º e 5º escalões (-31,9% e -48,7%, respetivamente).

A queda dos **preços do gás natural sem IVA e outros impostos dedutíveis** foi mais significativa em Portugal, quando comparada com a observada na média dos países da União Europeia.

Quadro 7.2.1: Preços sem IVA (e outros imp. ded.) do gás natural na indústria (€/GJ)

	Portugal				UE (27)	
	1S 23	2S 23	1S 24	1S 24 #UE (sem imp. taxas)	2S 23	1S 24
Bandas de consumo						
I1: Consumo < 1 000 GJ	32,08	29,62	27,58	5º em 26 (6º)	26,74	24,99
Tvh (%)	49,4		-15,9		-1,4	-13,8
I2: [1 000; 10 000 GJ [26,20	22,55	20,35	11º em 25 (12º)	23,89	21,92
Tvh (%)	24,3		-22,3		-0,5	-18,0
I3: [10 000; 100 000 GJ [18,67	16,63	13,72	18º em 26 (17º)	19,14	17,12
Tvh (%)	-2,9		-26,5		-15,1	-24,7
I4: [100 000; 1 000 000 GJ [17,15	13,99	11,69	17º em 25 (14º)	16,59	13,89
Tvh (%)	-5,9		-31,9		-27,6	-31,6
I5: [1 000 000; 4 000 000 GJ]	18,58		9,54	15º em 16 (13º)	14,17	11,55
Tvh (%)	-2,8		-48,7		-47,4	-34,9
I6: Consumo > 4 000 000 GJ					12,21	10,32
Tvh (%)					-56,3	-35,8

Fonte: Eurostat. # UE (sem imp., taxas) = *ranking* do preço de Portugal sem IVA e outros impostos e taxas dedutíveis (sem todos os impostos e taxas) nos países com informação disponível da UE; GJ= gigajoules; tvh= taxa de variação homóloga. Nota: não há dados para Portugal (e vários outros países europeus) no escalão acima de 4 000 000 GJ.

Excluindo **IVA e outros impostos dedutíveis**, a indústria em Portugal suportou **preços médios do gás natural** mais elevados do que a média da União Europeia apenas no 1º escalão.

Excluindo todos os impostos e taxas a tendência é idêntica à descrita acima, sendo possível constatar que os impostos e taxas pouco distorcem os preços finais.

7.3 Combustíveis

Segundo dados revistos da DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia), no terceiro trimestre de 2024, em **Portugal**, o **preço do gasóleo antes de impostos** diminuiu 11% face ao período homólogo do ano anterior, porém o **preço de venda final** reduziu apenas 6,7% como resultado do descongelamento gradual da taxa sobre as emissões de CO₂, tendo o **peso da tributação** expandido no terceiro trimestre de 2024 (48,6% vs 46,7% no segundo trimestre de 2024 e 46,1% no terceiro trimestre de 2023).

Em **setembro**, os dados revelam uma diminuição **do preço do gasóleo**, de 23% **antes de impostos** face ao mesmo mês do ano anterior, o que se reflete na queda de 13,3% no **preço de venda final**. Neste período a **carga fiscal** sobre o preço do gasóleo atingiu os 51%.

Quadro 7.3.1: Preço do gasóleo rodoviário em Portugal e na UE (€/litro)							
	2022	2023	4T 23	1T 24	2T 24	3T 24	Set-24
Preço sem impostos*							
Portugal	1,083	0,878	0,907	0,866	0,842	0,797	0,752
Tvh (%)	63,0	-18,9	-17,9	-5,7	6,6	-11,0	-23,0
Ranking na UE (27)	16º	17º					
UE (27)	1,098	0,896					
Tvh (%)	66,8	-18,4					
Preço de venda final*							
Portugal	1,799	1,589	1,660	1,610	1,580	1,550	1,534
Tvh (%)	26,2	-11,7	-5,7	2,4	8,1	-6,7	-13,3
Ranking na UE (27)	13º	15º					
UE (27)	1,832	1,678					
Tvh (%)	34,9	-8,4					
Peso da tributação** (%)							
Portugal	39,8	44,8	45,4	46,2	46,7	48,6	51,0
Ranking na UE (27)	13º	13º					
UE (27)	40,1	46,6					

Fonte: DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia). Nota: a tributação inclui o IVA (dedutível) e o ISP, do qual estão isentas as instalações CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão) e as empresas abrangidas pelos ARCE (Acordos de Racionalização de Consumos Energéticos) – n.º 2 do art.º 89 do CIEC. * Preços do gasóleo simples nos dados trimestrais e mensais e preços do gasóleo nos dados anuais. ** Peso da tributação = diferencial entre o preço final do gasóleo e o preço antes de impostos em percentagem do preço final.

8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS

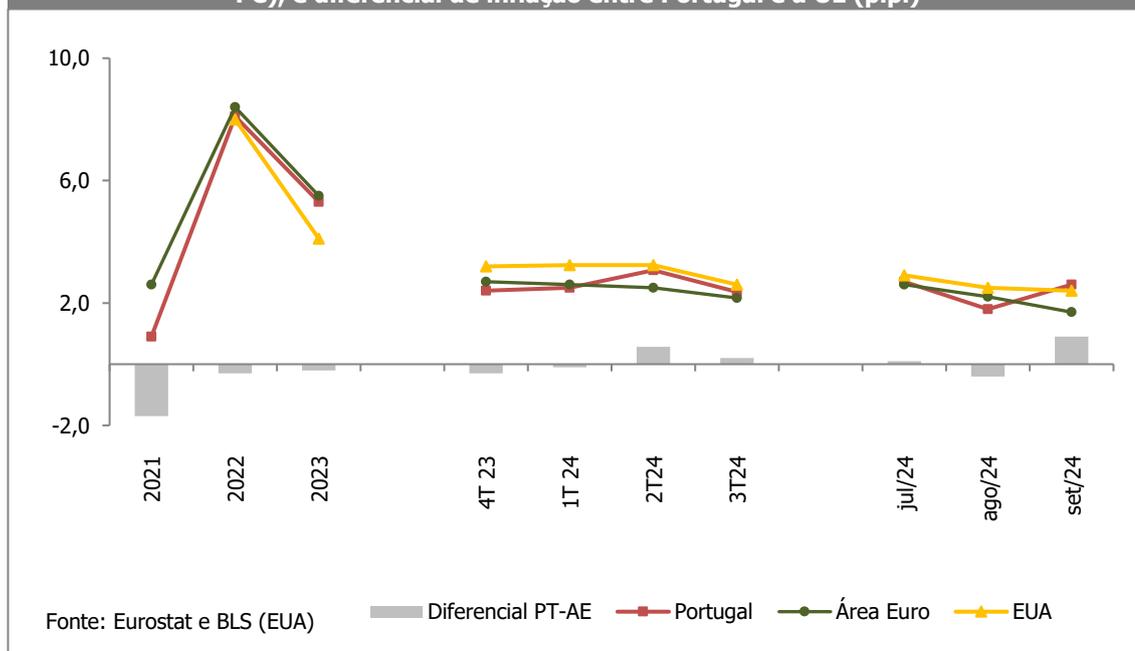
8.1 Inflação e câmbios

A **taxa de inflação** homóloga de **Portugal** (medida pelo IHPC) desacelerou no terceiro trimestre de 2024 (2,4%), após ter acelerado no segundo trimestre de 2024 (3,1%). Na **Área Euro a inflação continua a ceder**, sendo que caiu de 2,5% no segundo trimestre de 2024, **para 2,2% no terceiro trimestre, após 2,6% no primeiro trimestre de 2024**. A tendência é claramente descendente.

A pressão sobre os preços continuará a influenciar a **política monetária** levada a cabo pelos diversos bancos centrais, sendo que uma maior resistências nos preços poderá prolongar o período de políticas menos expansionistas. As **tensões geopolíticas** permanecem como o principal risco à estabilidade dos preços de médio prazo na Área Euro. Nos EUA, o aumento de preços abrandou no terceiro trimestre de 2024 para 2,6%, após três trimestres consecutivos com valores de 3,2%.

Os mercados esperam novos **cortes nas taxas de juro referêcia do BCE** no último trimestre de 2024, visto que a inflação continua a desacelerar a bom ritmo e o crescimento da economia da Área Euro é anémico. Do outro lado do Atlântico, esperam-se novos cortes também.

Figura 8.1.1: Taxas de inflação homólogas (%) de Portugal, UE (IHPC) e EUA (IPC), e diferencial de inflação entre Portugal e a UE (p.p.)

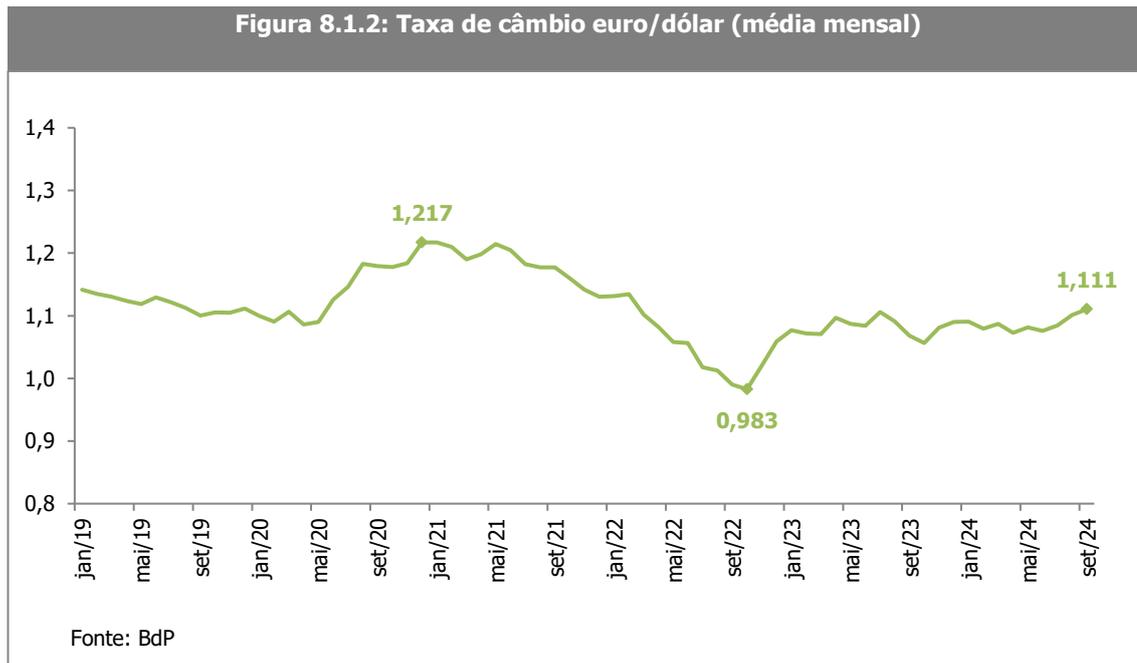




No **terceiro trimestre de 2024**, a cotação média do **euro face ao dólar** apreciou 2,1% face ao segundo trimestre de 2024 e 1% face ao terceiro trimestre de 2023. No mês de **setembro**, o euro cotou-se a 1,111 dólares em média mensal.

Importa salientar que a condução da **política monetária** - nomeadamente o desfasamento temporal sobre a decisão cortes nas taxas de juro referência entre o BCE e a Reserva Federal -, a evolução da atividade económica, as eleições nos EUA e, posteriormente a condução da política económica dos EUA pelo vencedor das eleições, serão fatores críticos para a evolução da taxa de câmbio Eur/Usd nos próximos meses.

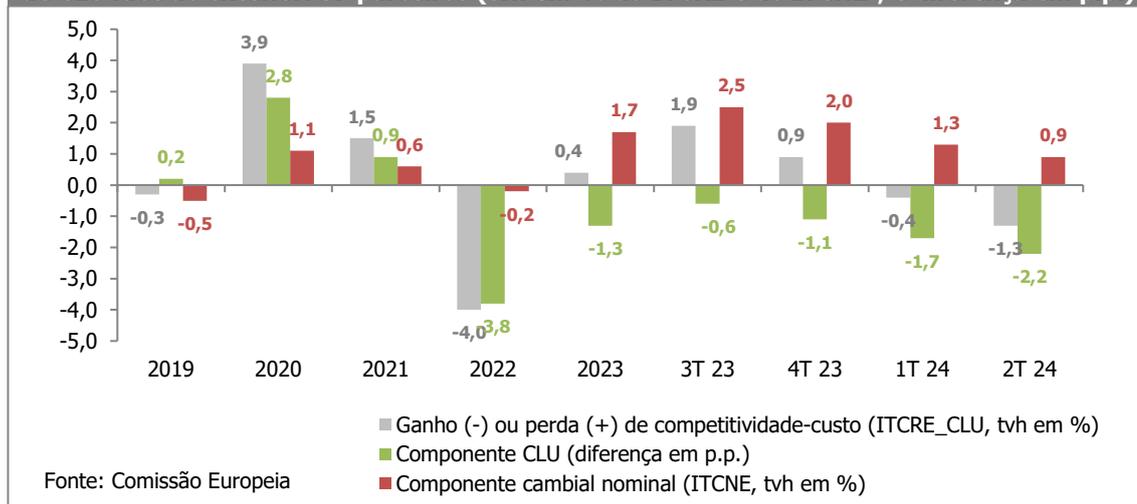
Figura 8.1.2: Taxa de câmbio euro/dólar (média mensal)



8.2 Competitividade pelos custos laborais

O **indicador de competitividade-custo** da economia nacional face aos 37 principais parceiros melhorou no segundo trimestre de 2024 (tvh de -1,3% no índice de taxa de câmbio real efetiva, ITCRE), refletindo a (continua) redução dos custos laborais unitários (-2,2%), que foi mais expressiva do que a apreciação nominal do euro (0,9%).

Figura 8.2.1: Evolução da competitividade-custo e das componentes cambial e de diferencial de CLU face ao exterior: 37 parceiros (tvh em % do ITCRE e do ITCNE¹, e diferença em p.p.)



¹ ITCRE é o índice de taxa de câmbio real efetiva, medido com o deflator dos custos laborais unitários, CLU, face a 37 parceiros comerciais. ITCNE é o índice de taxa de câmbio nominal efetiva, medido também face a 37 parceiros.

9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

9.1 Equilíbrio externo

De janeiro a agosto de 2024, o excedente da **balança corrente e de capital** cresceu mais de 70% face ao período homólogo (de 4 mil M€ para 6,9 mil M€).

A forte melhoria do saldo externo refletiu uma forte melhoria da **balança corrente** (em 3,1 mil M€, para 5,1 mil M€), onde se destaca o aumento do excedente da **balança de serviços** (em 1,5 mil M€, para 21,2 mil M€). O défice da **balança de bens** reduziu-se em 282 M€, para -15,9 mil M€) mantendo-se inferior ao excedente da **balança de serviços**. Pelo contrário, o excedente da **balança de capital** diminuiu em 188 M€, para 1,8 mil M€.

Quadro 9.1.1: Balanças corrente e de capital (M€)

	2022	2023	Var. hom.	Var. abs.	Jan-Ago 23	Jan-Ago 24	Var. hom.	Var. abs.
Balança Corrente	-4 729	1 337	s.s.	6 066	2 005	5 079	153,3%	3 074
Bal. de bens e serviços	-4 828	3 308	s.s.	8 135	3 493	5 318	52,2%	1 825
Bens	-26 466	-25 458	-3,8%	1 008	-16 194	-15 912	-1,7%	281
Serviços	21 638	28 766	32,9%	7 128	19 687	21 230	7,8%	1 543
Rendimentos primários	-4 171	-6 210	48,9%	-2 038	-4 406	-3 465	-21,3%	940
Rend. secundários	4 270	4 238	-0,7%	-31	2 918	3 226	10,6%	308
Balança de Capital	2 218	3 694	66,6%	1 476	2 030	1 842	-9,2%	-188
Bal. corrente e capital	-2 512	5 030	s.s.	7 542	4 035	6 921	71,5%	2 886

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; s.s.=sem significado. Nota: devido a diferenças de natureza metodológica, os saldos da balança de bens neste quadro, na ótica da Balança de Pagamentos, diferem dos do quadro 3.1.1.1, na ótica do comércio internacional (com origem sobretudo nas importações, que se encontram expressas em valores CIF nessa ótica e em valores FOB na ótica da Balança de Pagamentos).



9.2 Contas públicas

Segundo dados do [Banco de Portugal](#), a **dívida pública** aumentou de 99,4% do PIB para 100,6% no segundo trimestre de 2024, acentuando a inversão da tendência de aumento já registada no primeiro trimestre.

No que se refere aos **valores mais recentes das contas públicas**, de **janeiro a setembro de 2024**, verificou-se um saldo positivo de 5.705M€, o que compara com um excedente de 10.333M€ no período homólogo de 2023 (ou de 7,3 mil M€ se excluirmos a transferência do Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos para a Caixa Geral de Depósitos em 2023, de 3.018 M€). A deterioração do saldo orçamental refletiu um aumento da despesa efetiva superior ao crescimento da receita efetiva (11,1% e 4,3%, respetivamente).

Nas rubricas da **receita pública do Estado**, destaca-se a evolução da **receita fiscal** (2,3 mil M€; 5,3%), sendo que a receita proveniente dos impostos diretos aumentou 7,9% (mais 23,5% de receita do IRC e 1,1% do IRS) e os impostos indiretos aumentaram 3,1% (destacando-se os seguintes aumentos, 10,9% do Imposto do Selo, 9,7% do ISP e 1,7% do IVA).

A [proposta do Orçamento do Estado](#) para 2025 prevê saldos orçamentais positivos em 2024 e 2025 (0,4% e 0,3% do PIB, respetivamente). A dívida pública em percentagem do PIB deverá diminuir para 95,9% do PIB em 2024 e 93,3% em 2025.

Segundo o mesmo documento, em 2024, a Receita total deverá situar-se em 44,8% do PIB (com PRR) e 43,5% (sem PRR). Em 2025, a execução do PRR terá maior peso na Receita Total do Estado, visto que sem PRR, a Receita Total diminui (para 43,2%) e com PRR aumenta (45,5%). Relativamente à Receita Fiscal, deverá atingir os 25% do PIB em 2024 e diminuir o seu peso em 0,3 p.p. em 2025 (24,7% do PIB). No que se concerne às Contribuições da Segurança Social, prevê-se que aumentem, sendo que, o seu peso no PIB aumentará de 12,7% em 2024 para 12,9% em 2025.